



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Recurso Ordinário Trabalhista **1001009-75.2021.5.02.0385**

Relator: PERSIO LUIS TEIXEIRA DE CARVALHO

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 27/05/2022

Valor da causa: R\$ 500.000,00

Partes:

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RECORRIDO: SEARA ALIMENTOS LTDA

ADVOGADO: MARIA APARECIDA PELLEGRINA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PROCESSO Nº 1001009-75.2021.5.02.0385 - 02ª Turma - Cadeira 01

RECURSO ORDINÁRIO

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RECORRIDO: SEARA ALIMENTOS LTDA

ORIGEM: 05ª VARA DO TRABALHO DE OSASCO

RELATÓRIO

Inconformado com a sentença de ID. 556c4d1, cujo relatório adoto e que julgou improcedente a ação civil pública, recorre o autor.

Pelas razões trazidas no ID. 3e9ba1f, pretende a reforma do julgado quanto à adequação do PPRA (atual PGR) e do PCMSO mediante a inclusão do risco da Covid-19, emissão de CAT para os casos de Covid-19 e dano moral coletivo.

Contrarrazões apresentadas no ID. 28bd1b7.

É o relatório.

VOTO



Assinado eletronicamente por: PERSIO LUIS TEIXEIRA DE CARVALHO - 15/09/2022 18:53:26 - b283ea0
<https://pje.trt2.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22080407424470200000111490107>
Número do processo: 1001009-75.2021.5.02.0385
Número do documento: 22080407424470200000111490107

ID. b283ea0 - Pág. 1

Admissibilidade recursal

Conheço do recurso interposto, porquanto preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade.

MÉRITO

DA ADEQUAÇÃO DO PPRA (ATUAL PGR) E DO PCMSO MEDIANTE INCLUSÃO DO RISCO DA COVID-19

Pretende o recorrente a reforma do julgado que julgou improcedente os pleitos deduzidos na presente ação civil pública, sob fundamento na nota técnica SEI 14.127/2021.

Afirma que os dispositivos desta nota colidem com as Normas Regulamentadoras nºs 07 e 09.

Assevera que o descumprimento da legislação trabalhista pela empresa é incontroverso, pois a recusa em fazer constar o risco ambiental decorrente da exposição dos trabalhadores ao SARS-CoV-2, no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, fere o dever do empregador de reduzir os riscos inerentes ao trabalho mediante a adoção de normas de saúde e segurança do trabalho, conforme disposto no art. 7º, XXII, da CF/88, além de realizar a vigilância epidemiológica de Saúde Ocupacional de seus empregados, em consonância com as previsões da NR-07.

Aduz que a necessidade de que tais previsões constem do PPRA (atual PGR) e PCMSO decorre da imperiosa e vital importância que terá, de agora em diante, a existência de um sistema estabelecido dentro da empresa, acompanhado por seu setor médico, voltado a garantir a saúde e integridade de seus funcionários, com normas básicas de segurança voltadas à higienização, sanitização, distanciamento físico, uso de máscaras e demais equipamentos de proteção individual, medidas que deverão ser implementadas no PPRA (atual PGR) e PCMSO a fim de garantir efetiva organização e planejamento sanitário e epidemiológico.

Sustenta ainda que o risco biológico provocado pelo SARS-CoV-2 deve ser previsto e considerado nos programas ocupacionais da empresa recorrida (PPRA e PCMSO), pois



está presente no seu ambiente de trabalho, enquanto empresa de frigorífico, inclusive para atuação do Serviço Especializado em Medicina e Saúde do Trabalho - SESMT.

Examino.

Inicialmente, debruçando-se sobre o tema, a sentença de piso assim decidiu a respeito:

"...AGENTE BIOLÓGICO SARS-COV-2. ADEQUAÇÃO DO PPRA E DO PCMSO. EMISSÃO DE CAT. DANO MORAL COLETIVO.

Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho postulando, em síntese, a inclusão do SARS-COV-2 como risco biológico no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), conforme NR-07 e da NR-09, bem como a emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) em caso de contaminação dos trabalhadores até que haja a retificação dos referidos programas.

Assevera o autor que deixar de incluir o SARS-COV-2 no PPRA e no PCMSO significa violação do art. 165, da CLT e das Normas Regulamentadoras nºs 07 e 09, atraindo a responsabilidade objetiva, nos termos do art. 7º, XXVIII, da CF/88, c/c art. 927, do Código Civil, bem como implica em inexistência de controle da efetividade das medidas adotadas, e na impossibilidade de aferição da respectiva eficiência, conforme Recomendação nº 02 do Grupo de Trabalho COVID-19 da Procuradoria Geral do Trabalho.

Em sua defesa, a reclamada sustenta que desde o início da pandemia tem adotado todas as medidas cabíveis para preservar a saúde dos seus colaboradores, com adoção de protocolo rígido e específico, constantemente atualizado, conforme novas informações sobre o vírus eram publicadas. Ressaltou que a previsão é que até o fim de novembro /2021, todos os empregados estejam vacinados com as duas doses, ou com vacinas de dose única. Alega, ainda, que não há obrigatoriedade de retificação do PPRA e PCMSO para inserção de riscos relacionados ao vírus Sars-Cov-2 e emissão de CAT caso haja contaminação de trabalhador, sem que haja demonstração de nexo de causalidade.

Pois bem, é fato público e notório a crise mundial de saúde pública decorrente da pandemia do Coronavírus, causador da COVID-19, com intensos reflexos econômicos e sociais. No Brasil, o estado de calamidade pública foi reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06, de 20/03/2020.

Nesse contexto, houve a edição de diversas Medidas Provisórias para enfrentamento da situação de excepcionalidade vivenciada, dentre elas a de nº 927/20, que, em seu artigo 29, previu que "os casos de contaminação pelo coronavírus (covid-19) não serão considerados ocupacionais, exceto mediante comprovação do nexo causal".

Tal dispositivo teve sua eficácia suspensa pelo E. STF, em 29/04/2020, ao proferir decisão liminar nas ADIs nº 6342, 6344, 6346, 6352, 6354, 6375 e 6380, por entender que a previsão iria de encontro a entendimento da Corte a respeito da responsabilidade objetiva do empregador em determinadas situações, considerando que várias categorias profissionais que estão expostas continuamente ao agente biológico e ante a dificuldade de demonstração do nexo de causalidade.

Nesse passo, é necessária a análise do caso concreto para aferir se a contaminação pode ser considerada ou não doença ocupacional.

Com efeito, o risco de contágio existe tanto no ambiente de trabalho como também fora dele, tendo sido reconhecida a transmissão comunitária do vírus desde 20/03/2020 pela Portaria nº 454/2020 do Ministério da Saúde, uma vez que não é possível rastrear a origem da infecção.

As empresas, nesse cenário, cumprem papel importante no enfrentamento ao risco de contaminação no local de trabalho. Outrossim, é dever do empregador promover todas



as medidas necessárias para a mitigação dos riscos à saúde e segurança dos trabalhadores (art. 7º, XXII, da Constituição Federal).

No caso que se traz à baila, é incontroverso que a reclamada vem adotando medidas efetivas para contenção do contágio pelo novo coronavírus no ambiente de trabalho, conforme apurou-se no inquérito civil 000253.2020.02.002/6, sendo que a própria inicial ressaltou que "a VISA apresentou a ficha de procedimentos nº 10.001989/20, relatando que, em inspeção no período de 18/09/20 a 15/10/20, verificou que os empregados da Ré de acordo com os protocolos estabelecidos estavam utilizando EPIs pela empresa e em conformidade com as normas sanitárias, além das medidas protetivas adotadas pelo condomínio onde instalada, e que tais medidas até o momento estavam sendo efetivas para combate ao Covid-19" (ID 8a5f864 - Pág. 8 - fl. 9 do PDF).

Nesse sentido, destaque-se a ficha de procedimentos juntada sob ID e65cb84 - Págs. 8 /12 (fls. 284/288 do PDF), elaborada pela Divisão de Vigilância Sanitária de Osasco, na qual constou que todos os colaboradores "usam a máscara PFF2 - N95 e fazem a troca 02 (duas) vezes por semana (...) Também é fornecida a viseira de acrílico - tipo Face Shield. A empresa contratou e treinou 10 (dez) funcionários para serem Agentes Fiscais de Prevenção do COVID. Eles possuem uniforme específico que os identifica como fiscais para fazerem o controle do distanciamento social, do uso constatando, de máscara e de álcool em gel, e circulam por toda a empresa", assim, o cumprimento das recomendações mais basilares das autoridades de saúde.

Com efeito, vieram aos autos diversos documentos que comprovam o cumprimento das determinações legais pela reclamada com o fito de prevenir o contágio de seus empregados, tais como a elaboração de cartilha informativa (ID 7d8d8fa - fls. 532/543 do PDF), compra de EPI (ID 630665f e seguintes, ID 609eb5d e ID 1e75c6d - fls. 140 /179, 272 e 898/900 do PDF), monitoramento de eventuais contágios (ID 3237744, ID 95f08b9, ID 36389be - fls. 251/256, 332/335, 342 /343 do PDF) e de vacinação dos funcionários (ID 12e1dd5 - fls. 644/659 do PDF), e protocolo médico de atendimento em caso de suspeitas e casos confirmados (ID a4b2994 - fls. 367/424 do PDF).

Entrementes, o MPT, contrariando a conclusão emitida pela autoridade legal, insiste na tese de que "não procede a alegação de que as medidas adotadas são suficientes para evitar e neutralizar o risco", porque "somente por meio do Programa de Controle Médico e da Saúde Ocupacional (PCMSO) é possível, de forma legalmente prevista, afirmar que as medidas adotadas (e que devem estar previstas no PPRA) estão sendo eficientes e efetivas", entendendo que "se a Sars-Cov-2 não é sequer mencionada no PPRA e no PCMSO, não há nenhum controle da sua efetividade" (ID 8a5f864 - Pág. 25 - fl. 26 do PDF).

Ocorre que não há previsão legal para a inclusão do vírus SARSCOV-2 no PPRA (atual PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos) nem no PCMSO, salientando-se que recomendações não possuem força normativa.

De fato, o PPRA tem por objetivo identificar os riscos presentes no ambiente de trabalho, a fim de evitar acidentes e doenças ocupacionais, sendo certo que a empresa não é obrigada a listar todos os agentes físicos, químicos e biológicos que estão presentes no meio-ambiente, mas apenas aqueles a que estão expostos os seus empregados, em razão das atividades que exercem no trabalho. Nesse sentido, não engloba o vírus SARS-COV-2, uma vez que atinge toda a população de forma geral, independente do exercício de atividade laborativa.

Outrossim, o PCMSO não é a única medida de gestão de saúde a ser adotada pelas empresas, mas apenas "parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados", nos termos do item 7.3.1 da NR 7, no qual se incluem também protocolos e orientações oriundos de outras normas legais e regulamentares.

Nessa toada, merece destaque a Portaria Conjunta nº 20, de 18/06/2020, editada pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, a qual dispôs sobre diversas medidas a serem observadas pelas empresas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho, sem qualquer imposição de obrigação para a inclusão das medidas estabelecidas no PCMSO e no PPRA.



Nesse sentido, inclusive, a Nota Técnica SEI nº 142/2021/ME, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, esclareceu que "as medidas de prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 em ambientes de trabalho se encontram determinadas na Portaria Conjunta SEPRT/MS nº 20/2020, não havendo obrigação legal que imponha a inclusão das medidas para prevenção da COVID-19 no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Essas medidas devem ser descritas em orientações ou protocolos específicos nos termos da referida portaria" (ID e038555b - Pág. 4 - fl. 547 do PDF).

Isso porque, ainda atualmente, os estudos científicos não são conclusivos acerca do comportamento, evolução, sintomas, efeitos no organismo humano, contágio e formas de combate e controle do vírus em questão. Diante de tantas incertezas em relação à doença, não há consenso de que tais medidas são necessárias para a mitigação dos riscos, ou por quanto tempo dever-se-iam ser adotadas, dada a vicissitude do cenário pandêmico.

Veja-se que a vacinação, embora não prevista pela Portaria, parece ter contribuído diretamente para o controle da doença, tendo em vista a diminuição do número de pessoas infectadas e redução de casos mais graves e óbitos de modo geral (<https://covid.saude.gov.br/>).

Com efeito, os resultados positivos começam a aparecer pela união de esforços da ciência, governo e população. Ademais, as últimas notícias apontam para a circulação de uma variante menos agressiva (<https://butantan.gov.br/noticias/o-que-e-a-deltacron-conheca-5-caracteristicas-da-nova-variante-da-covid-19>), motivo pelo qual as restrições vêm sendo removidas paulatinamente, com a possibilidade de serem totalmente dispensáveis no futuro próximo.

Evidente, portanto, que a adoção e o cumprimento das medidas sanitárias de prevenção do contágio da doença são muito mais importantes do que a mera alteração documental da empresa, sequer havendo determinação legal para tanto.

Deste modo, julgo os pedidos improcedentes de inclusão das medidas de segurança nos documentos do PPRA e PCMSO e via de consequência indefiro todos os demais pedidos correlatos. ..."

Não há motivos para alterar a sentença de piso.

Em primeiro lugar, destaco que as pretensões do Ministério Público do Trabalho, na presente ação civil pública, encontram-se calcadas nas NRs-1, 7 e 9.

Todas estas normas sofreram alterações recentes, através das Portarias SEPRT nº 6.730, 6.734 de 9 de março de 2020 e Portaria SEPRT n 6.735 de 10.03.2020, entrando em vigor em 03 de janeiro de 2022, nos exatos termos da Portaria SEPRT 8.873, de 23/07/2021.

Cumpre esclarecer que pela modificação trazida na NR-1 pela Portaria SEPRT nº 6.730/2020, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, passou a ser substituído pelo Programa de Gerenciamento de Riscos, o novo PGR.

Neste sentido merece destaque o item 1.5 da nova NR-1 e subitens, *in verbis*:

1.5 Gerenciamento de riscos ocupacionais

1.5.1 O disposto neste item deve ser utilizado para fins de prevenção e gerenciamento dos riscos ocupacionais.



1.5.2 Para fins de caracterização de atividades ou operações insalubres ou perigosas, devem ser aplicadas as disposições previstas na NR-15 - Atividades e operações insalubres e NR-16 - Atividades e operações perigosas.

...

1.5.3.1.1 O gerenciamento de riscos ocupacionais deve constituir um Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR.

1.5.3.1.1.1 A critério da organização, o PGR pode ser implementado por unidade operacional, setor ou atividade.

1.5.3.1.2 O PGR pode ser atendido por sistemas de gestão, desde que estes cumpram as exigências previstas nesta NR e em dispositivos legais de segurança e saúde no trabalho.

...

1.5.4 Processo de identificação de perigos e avaliação de riscos ocupacionais

1.5.4.1 O processo de identificação de perigos e avaliação de riscos ocupacionais deve considerar o disposto nas Normas Regulamentadoras e demais exigências legais de segurança e saúde no trabalho.

...

1.5.4.4 Avaliação de riscos ocupacionais

1.5.4.4.1 A organização deve avaliar os riscos ocupacionais relativos aos perigos identificados em seu(s) estabelecimento(s), de forma a manter informações para adoção de medidas de prevenção.

1.5.4.4.2 Para cada risco deve ser indicado o nível de risco ocupacional, determinado pela combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência.

...

1.5.4.4.4 A gradação da probabilidade de ocorrência das lesões ou agravos à saúde deve levar em conta:

a) os requisitos estabelecidos em Normas Regulamentadoras;

b) as medidas de prevenção implementadas;

c) as exigências da atividade de trabalho; e

d) a comparação do perfil de exposição ocupacional com valores de referência estabelecidos na NR-09.

...

1.5.7.1 O PGR deve conter, no mínimo, os seguintes documentos:

a) inventário de riscos; e

b) plano de ação.

1.5.7.2 Os documentos integrantes do PGR devem ser elaborados sob a responsabilidade da organização, respeitado o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados.

Como se constata, o PGR se apresenta sem forma pré-definida, destacando apenas inventário de riscos e plano de ação.



Por sua vez, a NR-9 restou plenamente modificada pela Portaria SEPRT nº 6.735/2020, merecendo registro o item 9.1.1 que assim dispõe:

"...9.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece os requisitos para a avaliação das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos quando identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, previsto na NR-1, e subsidiá-lo quanto às medidas de prevenção para os riscos ocupacionais..."

E merece citação também os subitens 9.2.2.1, 9.4.1 e 9.4.2 da mesma NR que assim determinam:

"9.2.2.1 Para fins de caracterização de atividades ou operações insalubres ou perigosas, devem ser aplicadas as disposições previstas na NR-15 - Atividades e operações insalubres e NR-16 - Atividades e operações perigosas."

"9.4.1 Deve ser realizada análise preliminar das atividades de trabalho e dos dados já disponíveis relativos aos agentes físicos, químicos e biológicos, a fim de determinar a necessidade de adoção direta de medidas de prevenção ou de realização de avaliações qualitativas ou, quando aplicáveis, de avaliações quantitativas."

9.4.2 A avaliação quantitativa das exposições ocupacionais aos agentes físicos, químicos e biológicos, quando necessária, deverá ser realizada para:

- a) comprovar o controle da exposição ocupacional aos agentes identificados;*
- b) dimensionar a exposição ocupacional dos grupos de trabalhadores;*
- c) subsidiar o equacionamento das medidas de prevenção."*

9.4.2.1 A avaliação quantitativa deve ser representativa da exposição ocupacional, abrangendo aspectos organizacionais e condições ambientais que envolvam o trabalhador no exercício das suas atividades."

E, por sua vez a Portaria 6.734/2020, que conferiu nova redação à NR-7, descreve que o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO deve ser realizado mediante avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco - PGR da organização, nos exatos termos do item 7.1.1.

Com efeito, como se vislumbra dos autos a recorrida tem como objeto a industrialização e a comercialização de produtos alimentícios, dentre outros listados no contrato social juntado no ID. 76ae7f9 - Pág. 3/5.

Portanto, mostra-se inviável cogitar que todas as atividades desempenhadas na recorrida, possuam risco biológico ocupacional, ligado ao Covid-19.

Para que tais alegações fossem minimamente plausíveis, necessário seria a produção de provas, que evidenciassem a necessidade de inclusão no PGR e consequente PCMSO, do risco biológico referente a Sars-Cov-2, no ambiente de trabalho da empresa reclamada.



Todavia, o conjunto fático probatório demonstra, ao reverso do alegado pelo recorrente, a tomada de providências, no sentido de contenção de contágio no ambiente de trabalho, como enfatizado na sentença de piso.

Assim, infere-se do inquérito civil conduzido pelo próprio recorrente, em que foi constatado pela Vigilância Sanitária do Município de Osasco que os empregados da reclamada estavam utilizando EPIs em conformidade com as determinações internadas da empresa e com as normas sanitárias e que tais medidas até o momento estavam sendo efetivas ao combate da Covid-19 (ID. 8a5f864 - Pág. 8).

A sentença também destaca que ainda restou constatado a utilização de máscaras específicas (PFF2 -N-95) com troca constante, viseira de acrílico (tipo shield) e ainda a contratação e treinamento de dez funcionários para atuarem como Agentes de Prevenção de Covid, fiscalizando o controle no tocante ao distanciamento social, uso de máscara, álcool gel e demais determinações internas da empresa.

A prova documental, por sua vez, devidamente analisada na sentença *a quo*, comprova a devida observância por parte da recorrida na prevenção de contágio de seus empregados, através de edição de cartilha informativa, aquisição de EPI's, monitoramento de eventuais contágios, vacinação de funcionários e instituição de protocolos médicos de atendimento em caso de suspeita ou casos confirmados.

Destaque-se que em nenhum momento foi requerida a produção de perícia técnica para apuração de descumprimento de normas de segurança, ou constatação da necessidade de inclusão das atividades desempenhadas na recorrida, nos documentos (PGR e PCMSO), como requerido na petição inicial.

Por sua vez a Portaria Conjunta nº 20/2020, do Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e o Ministro de Estado da Saúde, estabeleceu as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho. Todavia, não se verifica deste documento a necessidade de se incluir a "Sars-Cov-2" (COVID-19) no PGR ou no PCMSO das empresas.

Como se observa dos presentes autos, a reclamada recorrida procedeu a efetiva redução dos riscos no ambiente de trabalho, relativamente ao contágio pelo Coronavírus, através do dever de prevenção e precaução, conforme se infere do conjunto probatório.



Frise-se que as cautelas procedidas pela recorrida, no tocante aos procedimentos sanitários, foram as mesmas verificadas pela população em geral, uma vez que qualquer ambiente, poderia ser atingido pela propagação do vírus.

Dessa forma, não há como se presumir que na empresa reclamada, para todas as funções e em todas as atividades desenvolvidas, de forma indiscriminada, haveria a violação de segurança e saúde do trabalho, como pretendido na inicial.

De corolário, estabelecendo a recorrida normas e políticas de combate e prevenção a disseminação do "Sars-Cov-2" (COVID-19), como também não se comprovando qualquer descumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, não merece ser reformada a decisão de piso, para determinar a inclusão genérica desta moléstia como risco inerente no ambiente de trabalho da empresa, e retificação do PGR e PCMSO da recorrida, além das demais pretensões, por absoluta falta de amparo legal e fático.

Rejeito.

DA EMISSÃO DE CAT PARA OS CASOS DE COVID-19

O recorrente pretende a reforma da sentença para que a reclamada seja compelida a emitir, automaticamente, a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) em todos os casos ocorridos decorrentes da Covid-19, até a adequação do PPRA (atual PGR) e PCMSO.

Melhor sorte não o socorre.

Em primeiro lugar, não restou reformada a sentença no tocante a necessidade de reformulação do PGR e PCMSO, como se constata do tópico anterior.

Em segundo lugar, a comunicação pretendida em todos os casos de contaminação dos empregados e terceirizados, independentemente do nexos com ambiente de trabalho, também não se mostra minimamente razoável.

Neste sentido, como bem destacado na sentença de piso *"referido documento deve ser emitido pelo empregador sempre que um empregado for vítima de acidente de trabalho, acidente de trajeto ou doença ocupacional. No entanto, não existe respaldo legal para que seja emitida CAT sem comprovação de nexos causal, conforme artigos 19, 20 e 22 da Lei nº 8.213/91. Portanto, a contaminação por SARS-COV-2 ocorre através do contato social, que se dá dentro e fora*



do ambiente de trabalho, de modo que a natureza ocupacional (nexo causal) da doença deve ser aferida no caso concreto, não sendo possível estabelecer, de maneira genérica, que todos os casos de contaminação devem ensejar a emissão de CAT por parte da empregadora..."

Assim, inviável a pretensão do Parquet, na medida em que não faz sentido obrigar o empregador a emitir a CAT em razão de um empregado ter contraído a moléstia, sem averiguação do nexo causal com a atividade laboral do funcionário no ambiente de trabalho.

Presumir que a Covid-19 se configurasse em enfermidade ocasionada, especificamente por fatores de risco presentes no ambiente de trabalho, enquadrando-a sem qualquer amparo como doença ocupacional, seria agir ao alvedrio da legislação aplicável, em especial as disposições contidas na Lei 8.213/91.

Finalmente merece prestígio, como bem ressaltado na sentença de origem, a Nota Técnica SEI 142/2021/ME e Portaria Conjunta SEPRT/MS nº 20/2020 (ID e03855b).

Rejeito.

DO DANO MORAL COLETIVO

Em face da manutenção, na íntegra da sentença de origem, permanece improcedente o pedido de indenização por danos morais, já que não constatado qualquer ato ilícito praticado pela recorrida.

Mantenho.

Presidiu o julgamento a Exma. Sra. Desembargadora Sônia Maria Forster do Amaral.



Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Magistrados: Pêrsio Luis Teixeira de Carvalho (relator), Rodrigo Garcia Schwarz (revisor) e Mariangela de Campos Argento Muraro.

ANTE O EXPOSTO,

ACORDAM os magistrados da 02ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região em: por unanimidade de votos, **CONHECER** do recurso interposto pelo Ministério Público do Trabalho e, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, tudo nos termos do voto do Relator.

Firmado por Assinatura Digital (Lei nº 11.419/2006)

PÉRSIO LUÍS TEIXEIRA DE CARVALHO
Relator

PLTC

